

Imagens sociais de adolescentes em acolhimento institucional: O que dizem os vizinhos?

Social images about adolescents in residential care: What do the neighbors say?

Imágenes sociales sobre adolescentes en acogimiento institucional: ¿Qué dicen los vecinos?

Recebido: 16/06/2021 | Revisado: 22/06/2021 | Aceito: 28/06/2021 | Publicado: 13/07/2021

Dalízia Amaral Cruz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0474-7537>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: liz.amaralacruz@gmail.com

Líliã Iêda Chaves Cavalcante

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3154-0651>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: liliac@ufpa.br

Débora Dalbosco Dell'Aglio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0149-6450>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: debora.dellaglio@ufrgs.br

Elson Ferreira Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4115-9029>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: elsonfcosta@gmail.com

Mário Diego Rocha Valente

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7262-3336>
Departamento de Trânsito do Pará, Brasil
E-mail: mario.valente@detran.pa.gov.br

Resumo

O objetivo do estudo foi investigar as imagens sociais que vizinhos de serviços de acolhimento atribuem ao adolescente institucionalizado. Trata-se de um estudo com delineamento transversal, de natureza descritiva e com abordagem quantitativa e qualitativa dos dados. Participaram 100 vizinhos (adultos e jovens), de ambos os sexos, de três serviços de acolhimento na região metropolitana de Belém-Pa, com idade entre 16 e 85 anos ($M= 41,5$, $DP= 17,1$). Utilizou-se questionário sobre imagens sociais, questionário sobre qualidade da vizinhança, roteiro de entrevista semiestruturada e diário de campo. Foram realizadas análises descritivas, de valência, teste t para a amostra pareada e análise de *Cluster*. Os resultados revelaram que atributos negativos foram mais associados ao adolescente institucionalizado, principalmente nas vizinhanças 2 e 3, onde verificou-se fragilidade na interação com os vizinhos. As relações estabelecidas podem influenciar na manutenção ou desconstrução das imagens sociais acerca de adolescentes institucionalizados. A participação destes na comunidade/vizinhança pode contribuir para a desconstrução de imagens sociais negativas ao seu respeito. Sugere-se, ainda, que os adolescentes tomam a condição de institucionalização como algo que lhes confere uma identidade social, que os marca como diferentes diante da sociedade. A fragilidade da relação entre os serviços de acolhimento e a vizinhança reforça imagens sociais negativas e dificulta o exercício da convivência comunitária.

Palavras-chave: Imagens sociais; Vizinhança; Adolescentes; Institucionalização; Convivência comunitária.

Abstract

The aim of the study was to investigate the social images that neighbors of residential services attribute to institutionalized adolescents. This is a study with a cross-sectional design, descriptive in nature and with a quantitative and qualitative approach to data. The participants were 100 neighbors (adults and young people), of both sexes, from three residential care institutions in the metropolitan region of Belém-Pa, aged between 16 and 85 years old ($M= 41.5$, $SD= 17.1$). The instruments used were a questionnaire on social images, a questionnaire on neighborhood quality, a semi-structured interview script and a field diary. Were realized descriptive analysis, valence analysis, t-test for the paired sample, cluster analysis and content analysis. The results revealed that negative attributes were more associated with institutionalized adolescents, especially in neighborhoods 2 and 3, where there was weakness in the interaction with neighbors. The relationships established can influence the maintenance or deconstruction of social images about institutionalized adolescents. Their participation in the community/neighborhood can contribute to the deconstruction of negative social images about them. It is also suggested that adolescents take the condition of institutionalization as something that gives them a social identity, which marks them as different from society. The fragility of the relationship between the host services and the neighborhood reinforces negative social images and makes it difficult to exercise community coexistence.

Keywords: Social images; Neighborhood; Adolescents; Institutionalization; Community coexistence.

Resumen

El objetivo del estudio fue investigar las imágenes sociales que los vecinos de servicios de acogida atribuyen a los adolescentes institucionalizados. Se trata de un estudio con un diseño transversal, de naturaleza descriptiva y con un abordaje cuantitativo y cualitativo de los datos. En el estudio participaron 100 vecinos (adultos y jóvenes), de ambos sexos, de tres servicios de acogida de la región metropolitana de Belém-Pa, con edades comprendidas entre los 16 y los 85 años ($M = 41,5$, $DT = 17,1$). Se utilizó un cuestionario sobre imágenes sociales, un cuestionario sobre la calidad del barrio, un guión de entrevista semiestructurado y un diario de campo. Se realizaron análisis descriptivos, de valencia, prueba t para la muestra pareada, análisis de conglomerados y análisis de contenido. Los resultados revelaron que los atributos negativos estaban más asociados con los adolescentes institucionalizados, especialmente en los barrios 2 y 3, donde había debilidad en la interacción con los vecinos. Las relaciones que se establecen pueden influir en el mantenimiento o deconstrucción de imágenes sociales sobre los adolescentes institucionalizados. Su participación en la comunidad/barrio puede contribuir a la deconstrucción de imágenes sociales negativas sobre ellos. También se sugiere que los adolescentes tomen la condición de institucionalización como algo que les da una identidad social, lo que los distingue de la sociedad. La fragilidad de la relación entre los servicios de acogida y el barrio refuerza las imágenes sociales negativas y dificulta el ejercicio de la vida comunitaria.

Palabras clave: Imágenes sociales; Barrio; Adolescentes; Institucionalización; Vida comunitaria.

1. Introdução

A literatura conceitua imagens sociais como ideias compartilhadas a respeito de determinados grupos de pessoas ou sociedade que, sem evidência objetiva do real, criam estereótipos com concepções rígidas sobre determinado fenômeno. Por meio de imagens sociais, assim, constrói-se teorias implícitas sobre determinados grupos de indivíduos, por exemplo (Calheiros, Garrido, Lopes, & Patrício, 2015; Patias, Siqueira, & Dell’Aglia, 2017).

Segundo Bar Tal (1990), as imagens sociais podem ser positivas ou negativas e emergir a partir de experiências pessoais compartilhadas entre as pessoas ou de influências externas, advindas de seus contextos de interação social (família e trabalho, por exemplo), bem como da mídia (livros, televisão e jornais). Especialmente, as imagens sociais negativas são mais estigmatizantes e podem afetar o público alvo por meio da discriminação, interações negativas e ativação automática de estereótipos (Major & O’Brien, 2005; Lopes, Calheiros, Patrício, & Garrido, 2017). Assim, pelo poder estigmatizante, essas imagens têm efeito negativo nas interações sociais e no desenvolvimento humano, podendo ser estudadas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Do ponto de vista da bioecologia do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2005/2011), as imagens sociais podem ser entendidas como produto das interações estabelecidas entre uma pessoa, com propriedades humanas mutáveis e as diferentes dimensões ecológicas do contexto do qual faz parte. Este contexto envolve, assim, várias dimensões: uma mais imediata; microsistema (família, trabalho, universidade) e outra mais abrangente; macrosistema (sistema de crença, ideologia, política, estilos de vida). Outras dimensões intermediárias caracterizam-se por inter-conexões que incluem o mesossistema (família/trabalho/universidade/escola) e exossistema (trabalho dos pais) da pessoa em desenvolvimento. De forma complementar, a partir de uma abordagem sócio-cognitiva, as imagens sociais negativas remetem à constituição de estereótipos. Os estereótipos conectam conhecimento, crenças e expectativas, nas quais os indivíduos se concentram em algumas variáveis que acreditam caracterizar um grupo específico (Calheiros et al., 2015).

Os estereótipos são criados a partir de processos de diferenciação, por meio dos quais surge a estigmatização, associada a aspectos negativos, ocorrendo quando uma pessoa possui alguma característica que transmite uma identidade social específica, considerada negativa ou desvalorizada pelos membros do contexto do qual faz parte (Major & O’Brien, 2005). É o caso de adolescentes em acolhimento institucional. As instituições de acolhimento institucional são serviços que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, doméstica, abandono, negligência, entre outras violações, por meio de medida protetiva, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069, 1990). São organizados por modalidade, de acordo com as “Orientações Técnicas: Serviços de Atendimento de Crianças e Adolescentes” (Brasil,

2009): 1) Abrigo institucional - serviço provisório que acolhe até 20 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos; 2) Casa-lar - serviço provisório que acolhe até 10 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos. É oferecido em unidades residenciais, onde pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente - em uma casa que não é a sua; 3) República - serviço de apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens na faixa etária de 18 a 21 anos que, após desligamento do acolhimento institucional, não tiveram possibilidade de retorno à família de origem, extensa ou de colocação em família substituta, via adoção, e que não possuem meios para autossustentação.

Estudos recentes mostram que as imagens sociais atribuídas a esses adolescentes envolvem atributos negativos, tais como rebelde, necessitado, agressivo, traumatizado, entre outros (Calheiros et al., 2015; Wendt, Dullius, & Dell'Aglio, 2017; Lopes et al., 2017). Ressalta-se, contudo, até onde se sabe, a ausência na literatura científica de pesquisas sobre imagens sociais acerca de adolescentes em acolhimento institucional, que considerem a perspectiva dos vizinhos que residem no entorno dos serviços de acolhimento. De acordo com Calheiros et al. (2015), as pesquisas publicadas sobre este tema abordam, principalmente, as percepções do público atendido (crianças, jovens, famílias) e profissionais (educadores, técnicos, professores), além de estudos a partir da perspectiva de leigos (Calheiros et al., 2015; Wendt et al., 2017; Lopes et al., 2017).

Diante disso, acredita-se que conhecer as imagens sociais que os vizinhos atribuem aos adolescentes, nesse contexto específico, é importante para apreender o modo como se organizam para lidar com esses adolescentes e os serviços de acolhimento localizados na comunidade e, ainda, de que forma isso pode influenciar a convivência comunitária destes na vizinhança. Admite-se que quanto mais positiva for descrita a relação de vizinhança e quanto melhor a percepção de qualidade da vizinhança, mais positivas tendem a ser as imagens sociais atribuídas a adolescentes nesse contexto. Portanto, este estudo investigou as imagens sociais que vizinhos de serviços de acolhimento institucional atribuem a adolescentes institucionalizados.

O contexto, assim, foi as vizinhanças de três serviços de acolhimento, na modalidade Abrigo Institucional, localizados na região metropolitana de Belém-Pa e em diferentes bairros: o Serviço 1 (Bairro de classe média baixa, residencial e comercial) acolhia crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de zero a 12 anos incompletos; o Serviço 2 (Bairro de classe média alta, residencial e comercial) acolhia adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 17 anos e o Serviço 3 (Bairro de classe média, residencial e comercial) acolhia adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos. Foram consideradas como parte integrante da vizinhança, as residências ao lado e à frente dos serviços e comércios (padarias, pizzaria, açougue, entre outros) no limite de um quarteirão. O local de pesquisa envolveu a própria residência ou estabelecimento dos participantes.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório, com delineamento transversal, de natureza descritiva e com abordagem quanti-qualitativa dos dados.

2.1 Participantes

Na primeira parte do estudo, foram aplicados instrumentos a 100 pessoas (adultas e jovens), de ambos os sexos, vizinhas de três serviços de acolhimento institucional para adolescentes. Tinham idade entre 16 e 85 anos ($M=41,5$, $DP=17,1$), a maioria era do sexo feminino (67%), solteira (66%), com ensino médio (58%) e não teve contato com adolescentes em acolhimento institucional (72%). Na segunda etapa, foram selecionados quatro participantes, entre os que participaram da primeira etapa, para responderem à entrevista individual. Além disso, a escolha dos quatro participantes se deu por conveniência, os quais se disponibilizaram de forma imediata ao serem solicitados novamente.

Considerando os 72% sem contato com adolescentes em situação de acolhimento institucional, sugere-se, conforme pontuam Wendt et al. (2017), que as percepções sobre esta população não dependem totalmente das relações ou do contato proximal. Para as autoras, os aspectos mais amplos, referentes à história da institucionalização de crianças e adolescentes, aos valores e estigmas associados a esta cultura são mais determinantes na atribuição de características ao adolescente em acolhimento institucional, por exemplo, do que o contato com os mesmos. Ao mesmo tempo em que, dada a complexidade do fenômeno, a forma e o conteúdo das relações mesossistêmicas estabelecidas entre os adolescentes e os vizinhos podem contribuir para a manutenção ou desconstrução das imagens sociais cristalizadas no âmbito do macrosistema, conforme será analisado adiante.

2.2 Instrumentos

Foram utilizados quatro instrumentos: o primeiro foi um questionário fechado, com 37 palavras para descrever os adolescentes, com itens em escala *Likert* de cinco pontos, em que o participante respondia o quanto considerava que as características descreviam um Adolescente Típico Brasileiro (ATB) e um Adolescente Institucionalizado (AI). Posteriormente, as palavras foram reapresentadas para o participante, sendo solicitada a avaliação quanto a sua valência (muito negativa, negativa, neutra/indiferente, positiva, muito positiva), considerando um adolescente de forma geral. O instrumento também investigou informações sociodemográficas (Wendt et al., 2017).

O segundo instrumento foi um questionário sobre qualidade da vizinhança, adaptado de Neves, Morais, Teixeira e Pinto (2016), a fim de apreender se quanto melhor a percepção de qualidade da vizinhança, mais positivas tendem a ser as imagens sociais atribuídas aos adolescentes, a partir dos itens: 1) Infraestrutura, 2) Serviços e conveniência, 3) Qualidade dos serviços, 4) Atividades institucionais, 5) Interação e confiança, 6) Intervenção e retaliação, 7) Assistência, 8) Qualidade da vizinhança, 9) Segurança, 10) Mobilidade, 11) Desordem social. Quanto à pontuação; para a subescala 1, cada estrutura ou serviço existente recebeu 1 ponto; na 2, caso o participante tivesse feito uso do serviço, recebeu 1 ponto e quanto à qualidade, os serviços foram pontuados em uma escala ordinal de 4 pontos, que vai de ruim (zero) a ótimo (4 pontos). Nas demais subescalas, as respostas vão de nunca (0 ponto), Raramente (1 ponto), Às vezes (2 pontos) Sempre (3 pontos). Ao final, somou-se a pontuação de cada subescala atribuindo-se melhor qualidade quanto maior tenha sido a pontuação.

O terceiro instrumento foi um roteiro de entrevista semiestruturada, elaborado pela primeira autora, sobre as relações estabelecidas entre os vizinhos e os adolescentes/serviço de acolhimento, bem como as imagens sociais delas derivadas. O roteiro incluiu questões referentes à convivência comunitária, relação de vizinhança e imagens sociais. Também foi utilizado o diário de campo, como suporte de registro das observações e reflexões acerca das relações estabelecidas na vizinhança e nos serviços de acolhimento (Morais, Borba, & Koller, 2016). Os registros foram feitos durante conversas em visitas institucionais com profissionais dos serviços e a partir de comentários de participantes ao longo da aplicação dos questionários.

2.3 Procedimentos de Coleta

A coleta de dados foi realizada a partir da técnica metodológica *snowball*- bola de neve (Costa, 2018). Os primeiros participantes de cada bairro, geralmente comerciantes, foram abordados pela equipe de pesquisa e convidados a participar. Posteriormente, indicavam outras pessoas que cumpriam o critério de inclusão para participar do estudo. Assim, os que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e preencheram os questionários com o suporte da primeira autora.

As entrevistas foram realizadas em um segundo momento. Assim, dos 100 vizinhos que participaram da primeira fase da coleta, foram selecionados quatro (dois vizinhos do Serviço 1, uma vizinha do Serviço 2 e uma vizinha do Serviço 3) para

participarem da entrevista. A escolha foi por conveniência, em que os quatro vizinhos se disponibilizaram de forma imediata ao serem solicitados novamente. As entrevistas foram gravadas e o conteúdo transcrito na íntegra para posterior análise.

2.4 Procedimentos de Análise

Os dados quantitativos foram analisados por meio do *software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS* (versão 20.0). Análises descritivas foram realizadas para identificar o perfil dos participantes e análise comparativa das escalas referentes ao grupo de ATB e AI, a partir de médias e desvios padrão. Quanto a análises inferenciais, foi realizado o teste *t* para a amostra pareada, considerando-se o nível de significância estatística em $p < 0,05$; análise de *Cluster*, para identificar as características apresentadas por grupo (*Cluster*) e sinalizar diferenças e semelhanças, como forma de explicar as relações entre as variáveis do estudo, a partir do questionário de qualidade da vizinhança e do questionário fechado com itens organizados em escala *Likert*, a partir do método de agrupamento não hierárquico *K-médias*.

Quanto às entrevistas, estas foram submetidas à análise de conteúdo (Urquiza & Marques, 2016), da qual emergiram duas categorias temáticas: 1) Interações e imagens sociais; e 2) Famílias e imagens sociais. Do mesmo modo, os registros do diário de campo também foram submetidos à análise de conteúdo, da qual foram geradas três categorias: 1) Aspectos físicos e sociais da vizinhança; 2) Aspectos físicos e sociais institucionais; e 3) Relação entre serviço de acolhimento e vizinhança. Ressalta-se que os dados das entrevistas e do diário de campo foram discutidos em consonância aos resultados estatísticos apresentados.

2.5 Considerações Éticas

O projeto de pesquisa que deu origem ao presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos de uma Universidade Pública do Estado do Pará, com o número de Parecer emitido: 1.991.073.

3. Resultados e Discussão

As valências das 37 características dos dois primeiros questionários foram analisadas a partir das médias, sendo classificadas em positivas (médias entre 3,5 e 5), neutras (entre 2,6 a 3,4) ou negativas (entre 1 a 2,5), de acordo com o ponto de corte estabelecido por Wendt et al. (2017). O atributo sensível foi classificado com valência neutra, portanto, desconsiderado para análise comparativa entre ATB e AI. A Tabela 1 apresenta as médias e desvios padrão das 36 características para ATB e AI, além dos resultados referentes ao Teste *t* para amostra pareada.

Tabela 1. Médias e Desvios Padrão das Características de Adolescentes Típicos Brasileiros e em Acolhimento Institucional.

Características	Adolescente Típico Brasileiro	Adolescente Institucionalizado	<i>t</i>	P
Atributos negativos				
Agressivo	3,13 (0,93)	4,04 (0,96)	7,339	≤0,001*
Ansioso	4,04 (0,60)	4,18 (0,67)	1,798	0,075
Apreensivo	2,91 (1,10)	3,69 (1,06)	6,312	≤0,001*
Baixa autoestima	2,95 (0,93)	4,28 (0,65)	12,727	≤0,001*
Carente	3,19 (1,07)	4,32 (0,64)	10,562	≤0,001*
Ciumento	3,33 (1,01)	3,17 (1,06)	1,163	0,248
Com problemas	3,56 (0,91)	4,68 (0,46)	12,119	≤0,001*
Desmotivado	3,18 (1,07)	3,81 (0,86)	4,875	≤0,001*
Desinteressado	3,20 (0,94)	3,36 (1,00)	1,157	0,250
Frustrado	3,03 (1,06)	4,22 (0,69)	9,820	≤0,001*
Inseguro	3,39 (0,93)	4,03 (0,93)	5,440	≤0,001*
Introvertido	2,75 (0,91)	3,24 (0,95)	3,750	≤0,001*
Revoltado	3,45 (1,01)	4,65 (0,59)	11,940	≤0,001*
Sozinho	2,88 (1,01)	3,98 (0,96)	8,848	≤0,001*
Traumatizado	2,76 (1,01)	4,49 (0,55)	16,434	≤0,001*
Triste	2,47 (0,89)	4,31 (0,69)	18,359	≤0,001*
Vulnerável	3,20 (1,08)	4,57 (0,60)	12,177	≤0,001*
Atributos positivos				
Amado	2,77 (0,92)	2,21 (0,88)	4,570	≤0,001*
Batalhador	2,77 (1,07)	2,41 (1,00)	2,840	≤0,005*
Bom aluno	2,65 (0,84)	2,29 (0,82)	3,283	≤0,001*
Calmo	2,16 (0,78)	2,11 (0,86)	0,457	0,649
Carinhoso	2,96 (0,99)	2,85 (0,98)	0,939	0,350
Confiante	2,74 (0,96)	2,10 (0,70)	5,989	≤0,001*
Descontraído	3,52 (0,94)	2,48 (0,84)	8,878	≤0,001*
Educado	2,73 (0,94)	2,50 (0,93)	1,883	0,063
Empenhado	2,68 (0,94)	2,37 (0,82)	2,541	≤0,013*
Estável	2,39 (0,89)	2,11 (0,72)	2,320	≤0,022*
Feliz	3,21 (0,90)	1,97 (0,70)	12,084	≤0,001*
Humilde	3,02 (1,11)	3,56 (1,07)	3,849	≤0,001*
Inteligente	3,35 (0,97)	2,83 (0,85)	5,366	≤0,001*
Protegido	2,92 (1,10)	2,56 (1,08)	2,420	≤0,017*
Responsável	2,40 (0,77)	2,09 (0,85)	2,800	≤0,006*
Saudável	2,96 (0,97)	2,75 (0,85)	1,670	0,098
Sociável	2,84 (0,99)	2,37 (0,86)	3,968	≤0,001*
Sonhador	3,95 (1,02)	3,72 (1,12)	2,127	≤0,036*
Trabalhador	2,85 (1,00)	2,58 (0,80)	2,289	≤0,024*

Nota. Tabela criada a partir dos resultados gerados pelo SPSS.

* $p < 0,05$

Fonte: Autores.

As médias das características variaram de 1,97 a 4,68 ($M=3,13$, $DP=0,90$). Entre as médias com escores acima de três, em ambos os grupos predominaram atributos negativos, como agressivo, ansioso, carente, entre outros. Contudo, o resultado do Teste *t* para amostra pareada indicou diferenças significativas ($p \leq 0,05$) entre os dois grupos de adolescentes na maioria dos atributos, com exceção de ansioso, calmo, carinhoso, desinteressado, educado e saudável. Para o ATB, as médias significativamente mais altas predominaram em atributos de valência positiva, a exemplo, confiante, feliz, inteligente e sonhador. E para o AI, as médias significativamente mais altas predominaram em atributos de valência negativa, tais como agressivo, carente, frustrado, inseguro, entre outros. Ressalta-se que o único atributo de valência positiva, em que a média foi significativamente mais alta para AI foi humilde.

Tais resultados corroboram a literatura, pois ao se pensar no AI, a imagem social que prevalece é a negativa. O estudo realizado por Wendt et al. (2017) traz resultados semelhantes, destacando os atributos agressivo, baixa autoestima, carente e traumatizado. Igualmente, os resultados da pesquisa de Calheiros et al. (2015) mostra que essa população é caracterizada predominantemente pelos atributos agressivo e baixa autoestima. Ressalta-se que o adolescente, de modo geral, ao ser

caracterizado com atributos negativos, remete à imagem da adolescência relacionada a um período conflituoso, com crises e tensões (Wendt et al., 2017). No entanto, ainda segundo as autoras, o processo de estigmatização pareceu ser mais intenso ao se tratar do AI. Observa-se que a adolescência que experiencia a institucionalização carrega consigo a insígnia do menor, aludindo à história das próprias instituições de acolhimento, marcadas pelo confinamento e segregação social.

Nessa perspectiva, segundo Calheiros et al. (2015), do ponto de vista comunitário, há de se desconstruir essas imagens sociais e aumentar a consciência social para as consequências negativas que elas provocam. As autoras afirmam que as imagens sociais de crianças e jovens em acolhimento institucional podem influenciar a reintegração comunitária, pois o estigma associado a um histórico de institucionalização apresenta-se como um dos principais fatores que contribuem para a exclusão. As imagens sociais negativas também podem afetar a reintegração de crianças e jovens institucionalizados na comunidade, devido ao isolamento autoimposto e da limitação da exposição social, como forma de evitar situações discriminatórias ou estigmatizantes (Ibrahim & Howe, 2011; Calheiros et al., 2015).

Nesse estudo, apontamentos do diário de campo sugeriram o isolamento autoimposto e limitação da exposição social, quando uma profissional do Serviço 1 contou que uma adolescente não atendeu ao namorado na instituição por ter ficado com vergonha. Também comentou sobre o cuidado que tinha com a saída dos adolescentes na vizinhança, pois tinha receio de algo acontecer. Observou-se ainda que um dos serviços ficava o tempo todo com portas fechadas e pouca comunicação com o meio externo; as adolescentes só eram vistas saindo e voltando da escola ou de outras atividades fora da vizinhança e o local de interação delas era o quintal do serviço (Nota do Diário de Campo). Veja-se que práticas como estas podem reforçar imagens sociais negativas acerca dos AI e dificultar a convivência com os vizinhos, conforme o discurso dos participantes:

...às vezes têm menores que são extremamente rebeldes e eles saem para atacar os vizinhos, não que os vizinhos vão lá. Não mesmo, porque não é permitido (interação)... eu nunca entrei nesse abrigo depois que os jovens participam daí. Entrei quando era residência do vizinho, entrei quando era a defensoria pública, mas desde que vieram os menores, eu nunca mais entrei... (Participante 1; Vizinhança 3).

...às vezes, os vizinhos ficam com medo, porque para eles todos que moram em rua, todos que são infratores, eles são bandidos... eles prendem elas... A única coisa que eu vejo ali na frente é um guarda... eu acho que fica retraído demais... o próprio abrigo tinha que abrir as portas, mas a gente não ver essas meninas. Tem uma área lá na frente imensa, que custa, vai à tarde pegar um vento, arejar, ver a rua, não, aí fica igual prisão. Eu acho super errado isso (Participante 3; Vizinhança 2).

As falas ilustram como imagens sociais são elaboradas e objetivadas em ideias concretas, a partir de crenças e experiências pessoais, advindas de contextos de interação social (Bar Tal, 1990). O fato de os vizinhos não interagirem com os adolescentes pode gerar medo e desconfiança e imagens sociais serão criadas ou reproduzidas sobre eles. Nos trechos citados, as imagens utilizadas para caracterizar a população atendida pelos serviços (menores, rebeldes, moradores de rua, infratores, bandidos) são reproduzidas com base em conceitos e ideias que aludem ao contexto da situação irregular, anterior ao da proteção integral. Para Wendt et al. (2017), é necessário investir em estratégias de modificação do imaginário social, associado a essas situações, pois os estigmas podem trazer marcas doloridas e definitivas para as pessoas. A imagem que se tem de um AI, quando compartilhada socialmente, pode ter implicações na forma como ele se percebe e como os grupos sociais o recebem, integrando-o ou não no contexto. A fala de um participante sugere que tanto o serviço, quanto os vizinhos se aproximem para que juntos possam apoiar e favorecer a convivência comunitária das crianças/adolescentes acolhidos:

...falta mais interação... não é só esperarem pela coordenadora, as pessoas também têm que chegar... o pouco que eu tenho visto... a coordenadora... leva para dentista... escola... Agora falta mais divulgação... para poder chamar essas pessoas daqui também para poder dar um apoio... chegar, pegar para passar um final de semana na sua casa, como

elas fazem lá, é madrinha solidária, né. Está chegando o natal, deveria chamar essas pessoas para irem lá conhecer. Tem muita gente que não sabe como é aí dentro... (Participante 4, Vizinhança 1).

Os próprios adolescentes tomam a condição de institucionalização como algo que lhes confere uma identidade social, que os marca como diferentes diante da sociedade e, portanto, os tornam potencialmente alvos de preconceito (Rodrigues, Gava, Sarriera, & Dell’Aglío, 2014; Wendt et al., 2017). A exemplo, uma adolescente acolhida disse, em conversa com a pesquisadora, que se sentia mal e tinha vergonha de dizer que morava no serviço (Nota do Diário de Campo). Os resultados também demonstram que as imagens sociais dos vizinhos acerca dos AI estão associadas às ideias que têm das famílias desses adolescentes. Assim, os relatos trazem um discurso de culpabilização das famílias pela institucionalização dos filhos, devido à falta de orientação. A partir daí, as imagens associadas aos adolescentes são: excluídos, bandidos, vítimas, abandonados, moradores de rua.

...são pessoas que a convivência entre pai e mãe... que deixam às vezes, vão para festa... não tem com quem deixar, às vezes é mãe e pai... A mãe sai rápido para comprar uma coisa, acontece uma fatalidade... é culpa de quem? às vezes é da mãe ou é do pai... Para os adolescentes virem para o abrigo é em decorrência da família... aí graças à Deus é uma coisa maravilhosa, que foi implantada para poder acolher essas crianças, que são vítimas de maus tratos... de drogas... (Participante 2; Vizinhança 1).

...eu acho que os grandes culpados são as próprias famílias... então é por isso que acaba acontecendo o que acontece, um monte de criança na rua, virando bandido... Eu acho que são adolescentes abandonados pela família, pela sociedade... Acho que as adolescentes foram moradoras de rua e chegaram a ficar no abrigo e têm muitas que não, a família mesmo, para mim tudo está em torno da família (Participante 3; Vizinhança 2).

Pode-se dizer que estas imagens também remetem ao contexto da situação irregular, na vigência do Código de Menores (1927/1979), anterior ao contexto atual, na vigência do ECA (Lei nº 8.069, 1990). Naquele período, esses adolescentes eram vistos como perigo em potencial, porque foram “abandonados pela família”, que vão para as ruas virarem bandidos, menores infratores. Segundo Patias et al. (2017), a adolescência em vulnerabilidade social, como a que vivencia o acolhimento institucional ou o cumprimento de medida socioeducativa, carrega representações que foram histórica e socialmente construídas e cristalizadas no macrossistema.

Assim, o mecanismo social que fomenta a produção de uma imagem social negativa sobre a criança e o adolescente em situação de acolhimento institucional tem bases sócio-históricas semelhantes as que sustentam o preconceito, os estigmas e os estereótipos dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, uma vez que por muito tempo, na vigência do Código de Menores (1927/1979), os considerados carentes e os chamados infratores eram encaminhados para as mesmas instituições, geralmente internatos, caracterizadas pelo isolamento e pela reclusão. Esse procedimento foi verificado no Serviço 3, mesmo o ECA (Lei nº 8.069, 1990), atualmente vigente, separando a medida protetiva da medida socioeducativa.

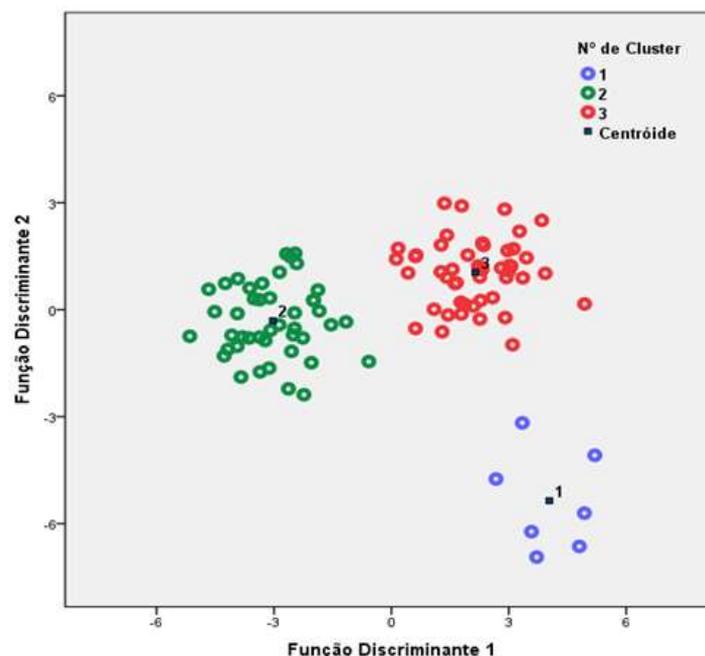
Destaca-se, ainda, no presente trabalho, a imagem do adolescente como vítima de maus tratos e das drogas no discurso do participante 2/vizinhança 1. Além disso, a participante 3 acrescenta que além de os adolescentes serem abandonados pela família, também são pela sociedade. Tal resultado corrobora, sobremaneira, o estudo realizado por Patias, Narjara, Garcia e Dell’Aglío (2016), no qual foram observados riscos contextuais e macrossociais que afetam as famílias com filhos em acolhimento institucional. As autoras ressaltam que atributos associados aos maus tratos (agressividade e negligência) não foram os que melhor descreveram as famílias com filhos acolhidos. Já no presente estudo, a fala do participante 2/vizinhança 1 alude ao atributo negligência, quando diz que os pais deixam os filhos para irem à festa, por exemplo.

Nota-se que a agressividade e a negligência são apresentadas pelo ECA (Lei nº 8.069, 1990) como justificativas legais para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes. E mais, a culpabilização da família pelas dificuldades vivenciadas

pode dificultar um olhar mais cirúrgico sobre a problemática social (Patias et al., 2016). Assim, embora o discurso da participante 3/vizinhança 2 tenha sido o de culpabilizar a família, ela chama a atenção para o fato de a sociedade também ser responsável pelo abandono dos adolescentes, o que vai ao encontro ao que preconiza o ECA (Lei nº 8.069, 1990), em seu artigo 4º, de que é dever, não só da família, mas da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar a crianças e adolescentes, de forma absoluta e prioritária, os direitos fundamentais, entre eles, o da convivência familiar e comunitária.

Quanto à análise de *Cluster*, por meio do Método *K-médias*, tem-se a presença de três *Clusters*, formados a partir das características da vizinhança. Nesse sentido, os participantes foram organizados em três grupos: o Grupo 1 de cor azul ($N=49$), Grupo 2 de cor verde ($N=07$) e o Grupo 3 de cor vermelha ($N=44$). Um Dendrograma (Figura 1) foi gerado, apresentando os três *Clusters*, em que os pontos representados por um quadrado são seus centroides, ou seja, pontos de concentração que atraem para si os participantes com as características mais próximas.

Figura 1. Dendrograma de Mapa Discriminante.



Nota. Figura gerada a partir do SPSS. Fonte: Autores.

A Tabela 2 apresenta comparativamente as características sociodemográficas e de vizinhança dos três *Clusters*. Foram encontradas semelhanças entre esses grupos, em que a maioria era do sexo feminino, com ensino médio completo, com filhos, nunca reunia com os vizinhos para resolver questões do bairro, mas os vizinhos sempre conversam uns com os outros e na vizinhança tinha espaços públicos, onde os adolescentes podiam interagir. O Grupo 1 reúne 44,9% dos moradores da Vizinhança 1, o Grupo 2 reúne 57,1% dos moradores da vizinhança 2 e o Grupo 3 reúne 54,5% dos moradores da Vizinhança 3.

Tabela 2. Características Sociodemográficas e de Vizinhança dos Três Clusters.

Variáveis	Grupos %		
	G1 (44,9)	G2 (57,1)	G3 (54,5)
Características Sociodemográficas %			
Sexo	Feminino (71,4)	Feminino (85,7)	Feminino (59,1)
Escolaridade	Ensino Médio (57,1)	Ensino Médio (57,1)	Ensino Médio (59,1)
Tem filhos (as)	Sim (55,1)	Sim (71,4)	Sim (75,0)
Contato com AI	Não (71,4)	Sim (71,4)	Não (79,5)
Rendimento médio familiar	Entre 2000-3000 (42,9)	Entre 2000-3000(42,8)	Entre 1000-2000(27,3)
Estado civil	Solteiro (73,5)	Casado (71,4)	Solteiro (63,6)
Características da Vizinhança %			
Tempo de moradia na vizinhança	Menos de 11 anos (34,7)	Mais de 30 anos (28,6)	Menos de 11 anos (38,6)
O que considera vizinhança	Casas próximas (40,8)	Bairro (57,1)	Casas próximas (43,2)
Participa de atividades religiosas na vizinhança	Sempre (28,6)	Às vezes (42,9)	Sempre (31,8)
Participa de atividades na vizinhança	Nunca (57,1)	Sempre (42,9)	Nunca (59,1)
Reúne com os vizinhos para resolver questões referentes ao bairro	Nunca (77,6)	Nunca (71,4)	Nunca (63,6)
Média de atividades institucionais	Abaixo da média<3,12	Acima da média>3,12	Abaixo da média<3,12
Os vizinhos visitam uns aos outros	Às vezes (53,1)	Às vezes (71,4)	Às vezes (59,1)
Os vizinhos se emprestam coisas	Às vezes (32,7)	Às vezes (57,1)	Às vezes (43,2)
Tomam conta da casa do vizinho quando este sai?	Às vezes (34,7)	Às vezes (57,1)	Às vezes (43,2)
Tomam conta dos filhos uns dos outros	Nunca (49,0)	Às vezes (57,1)	Nunca (34,1)
Confia em deixar o filho na casa do vizinho	Nunca (65,3)	Nunca (42,9)	Nunca (68,2)
Permite que o filho (a) se relacione com qualquer adolescente da vizinhança	Nunca (75,5)	Sempre (42,9)	Nunca (81,8)
Os vizinhos conversam uns com os outros	Sempre (65,3)	Sempre (71,4)	Sempre (81,8)
Existem espaços públicos de interação na vizinha	Sim (46,9)	Sim (85,7)	Sim (63,6)
Média de interação e confiança	Abaixo da média<56,7	Acima da média>56,7	Abaixo da média<56,7

Nota. Tabela criada a partir dos dados gerados pelo SPSS. Fonte: Autores.

Os Grupos 1 e 3 apresentaram mais semelhanças quanto ao estado civil, onde a maioria era solteira, bem como não tiveram contato com AI. Quanto à qualidade da vizinhança, esses grupos ficaram abaixo da média nas dimensões atividades institucionais e interação e confiança, ou seja, apresentaram percepção de menor qualidade desta vizinhança. Enquanto que o Grupo 2 ficou acima da média nessas duas dimensões, correspondendo à percepção de maior qualidade da vizinhança.

Considerando os três grupos obtidos pela análise de *Cluster*, também foi aplicado o Teste *t* para amostra pareada, para comparar as médias dos atributos com diferenças significativas ($p \leq 0,05$) entre o grupo de ATB e AI (Tabela 3). Nos três Grupos, de modo geral, para o ATB, as médias mais altas foram nos atributos positivos (amado, bom aluno, confiante), enquanto que os atributos negativos receberam médias mais altas para o AI (agressivo, carente, revoltado, vulnerável). Considerando o AI, o Grupo 3 apresentou maiores médias nos atributos agressivo, carente, revoltado, vulnerável e o Grupo 2, nos atributos agressivo, baixa autoestima, desmotivado, frustrado. E todos os atributos positivos, no Grupo 1, tiveram as médias mais altas para o AI em comparação aos Grupos 2 e 3.

Tabela 3. *Análise dos Clusters, comparando ATB e AI.*

Características	Grupo 1		Grupo 2		Grupo 3	
	ATB	AI	ATB	AI	ATB	AI
Agressivo	1,57 (0,53)	2,86 (1,07)	1,07 (0,86)	4,34 (0,71)	3,18 (0,86)	3,94 (1,01)
Amado	3,86 (1,07)	2,57 (1,51)	2,52 (0,82)	1,80 (0,59)	2,84 (0,87)	2,53 (0,84)
Apreensivo	2,57 (1,13)	3,71 (0,95)	2,48 (1,09)	3,50 (1,07)	3,35 (0,95)	3,86 (1,06)
Baixa Autoestima	1,86 (0,38)	3,86 (0,38)	3,09 (0,96)	4,43 (0,50)	2,98 (0,88)	4,20 (0,76)
Batalhador	3,14 (1,68)	3,29 (1,11)	2,52 (1,02)	1,89 (0,75)	2,94 (0,99)	2,76 (0,97)
Bom Aluno	3,43 (0,98)	3,14 (1,35)	2,34 (0,75)	1,95 (0,71)	2,82 (0,81)	2,47 (0,68)
Carente	3,14 (1,21)	4,14 (1,07)	2,82 (0,99)	4,20 (0,59)	3,53 (1,02)	4,45 (0,61)
Com Problemas	3,71 (0,95)	4,29 (0,49)	3,18 (0,99)	4,57 (0,50)	3,88 (0,70)	4,84 (0,37)
Confiante	3,14 (1,46)	2,86 (1,21)	2,64 (0,94)	1,93 (0,66)	2,78 (0,90)	2,14 (0,58)
Descontraído	4,00 (1,00)	3,14 (1,21)	3,32 (0,98)	2,34 (0,81)	3,63 (0,88)	2,51 (0,79)
Desmotivado	1,29 (0,49)	3,14 (1,21)	3,09 (1,05)	4,07 (0,66)	3,53 (0,84)	3,67 (0,90)
Empenhado	4,14 (0,69)	3,29 (1,11)	2,32 (0,64)	2,09 (0,74)	2,80 (0,98)	2,49 (0,74)
Estável	2,71 (1,25)	2,57 (0,79)	2,43 (0,85)	2,00 (0,75)	2,31 (0,89)	2,14 (0,68)
Feliz	4,43 (0,53)	2,29 (0,76)	3,07 (0,90)	1,77 (0,64)	3,16 (0,83)	2,10 (0,71)
Frustrado	1,86 (0,90)	3,71 (0,76)	2,77 (1,03)	4,30 (0,73)	3,43 (0,94)	4,22 (0,62)
Humilde	3,86 (1,35)	4,29 (0,49)	2,73 (1,00)	3,05 (1,16)	3,16 (1,11)	3,92 (0,84)
Inseguro	2,29 (0,95)	3,57 (0,79)	3,07 (0,95)	3,75 (0,94)	3,84 (0,62)	4,35 (0,86)
Inteligente	4,43 (0,53)	4,14 (0,38)	3,25 (0,99)	2,50 (0,88)	3,29 (0,94)	2,94 (0,66)
Introvertido	2,86 (1,46)	3,14 (1,35)	2,50 (0,88)	3,00 (0,94)	2,96 (0,82)	3,47 (0,87)
Protegido	3,00 (1,15)	3,14 (0,69)	3,30 (1,11)	2,18 (1,02)	2,57 (1,00)	2,82 (1,09)
Responsável	3,00 (1,00)	2,71 (0,95)	2,34 (0,89)	1,68 (0,80)	2,37 (0,60)	2,37 (0,73)
Revoltado	3,00 (1,00)	4,14 (0,90)	3,14 (1,15)	4,64 (0,61)	3,80 (0,76)	4,73 (0,49)
Sociável	3,29 (1,25)	3,14 (1,21)	2,80 (1,00)	2,09 (0,80)	2,82 (0,95)	2,51 (0,77)
Sonhador	4,43 (0,53)	4,43 (0,53)	3,41 (1,17)	3,25 (1,20)	4,37 (0,67)	4,04 (0,93)
Sozinho	2,29 (0,95)	2,57 (1,72)	2,82 (0,99)	3,93 (0,73)	3,02 (1,03)	4,22 (0,85)
Trabalhador	3,14 (1,77)	3,29 (0,95)	2,57 (0,90)	2,11 (0,69)	3,06 (0,92)	2,90 (0,65)
Traumatizado	1,57 (0,53)	4,14 (0,90)	2,55 (0,87)	4,39 (0,49)	3,12 (1,01)	4,63 (0,53)
Triste	1,71 (1,11)	3,71 (0,76)	2,30 (0,76)	4,27 (0,69)	2,73 (0,88)	4,43 (0,65)
Vulnerável	4,14 (1,21)	4,57 (0,53)	2,89 (1,08)	4,41 (0,73)	3,35 (0,97)	4,71 (0,46)

Nota. Tabela criada a partir dos dados gerados pelo SPSS. Fonte: Autores.

No que diz respeito aos atributos negativos, associados ao ATB e AI intragrupo, destaca-se que nenhum atributo negativo obteve maior média para ATB, ou seja, os 14 atributos negativos obtiveram maior média para o AI. Quanto aos atributos positivos, batalhador, humilde, protegido e trabalhador obtiveram maiores médias para o AI no Grupo 1, em comparação com o ATB no mesmo Grupo. Da mesma forma no Grupo 2, destaca-se com maior média para o AI o atributo humilde e no Grupo 3, humilde e protegido.

Observa-se, contudo, que, embora classificados como positivos, utilizando a categorização de Lopes et al. (2017), os atributos humilde e trabalhador referem-se à competência individual e geralmente estão associados a um nível cognitivo/intelectual mais baixo. O atributo protegido refere-se às circunstâncias contextuais e pode estar associado à imagem social positiva do serviço de acolhimento, conforme pesquisa realizada por Wendt, Tavares, Penno e Dell’Aglío (2018), onde a categoria acolhimento e proteção foi a que melhor descreveu um serviço de acolhimento na opinião dos participantes. Em convergência, um vizinho participante da presente pesquisa se referiu à função protetiva do serviço de acolhimento ao relatar que “os adolescentes são agressivos pelo que sofreram. Quando estão no abrigo são protegidos, mas quando voltam para a família, falta a parte social” (Nota do Diário de Campo).

Embora o Grupo 1, que reúne 44,9% dos moradores da vizinhança 1, tenha sido caracterizado abaixo da média em seus aspectos sociais, ou seja, na participação em atividades e interação com os vizinhos, foi possível observar nesta vizinhança moradores falando e conversando entre si, com a prática de sentar na frente das casas. Além disso, no aspecto físico, na vizinhança havia pequenos comércios (taberna, padaria, doceria, depósito de bebidas) alguns nas próprias residências. Assim, segundo uma profissional, algumas vezes, as crianças e adolescentes saíam na companhia de um adulto do serviço para irem à padaria comprar bombons (Nota do Diário de Campo).

Situações como estas podem contribuir para a desconstrução de imagens sociais negativas a respeito de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Outro aspecto, observa-se que no Grupo 1 ao AI foram atribuídas mais características positivas (batalhadores, humildes, protegidos), quando comparados com o ATB, ao contrário dos Grupos 2 e 3. Isso pode estar relacionado ao nível de interação entre os vizinhos e o serviço, como pode ser visto na fala de uma moradora:

Relacionado ao abrigo, eu não tenho muito que falar...o pouco que eu vejo... é como se fosse uma família, como qualquer outra moradia daqui da rua. Eu acho normal, não vejo diferença, ah é um abrigo... é normal. Os vizinhos se dão com o pessoal do abrigo, inclusive o pessoal aqui de casa, eu não porque quase não paro em casa...de vez em quando eles vêm aqui, o meu pai vai lá... quando têm as festinhas no abrigo...Teve uma...não sei se foi Círio ou dia das crianças, que teve bastante movimento, aí algumas crianças daqui da rua foram (Participante 3, Vizinhaça 1).

Quanto ao Grupo 2, este foi caracterizado acima da média quanto aos aspectos sociais, que induzem a participação em atividades e a interação com os vizinhos, reunindo 57,1% dos moradores da vizinhaça 2. E no aspecto físico, semelhante à vizinhaça 1, havia comércios (pizzaria, salão de beleza, academia, escola). Contudo, poucos moradores, durante o período de coleta, foram vistos sentados na frente das casas conversando, mas foi possível observar que alguns vizinhos se reuniam para realizar a novena de Nossa Senhora de Nazaré, tradicional nas vizinhanças da cidade, que antecede a profissão do Círio de Nazaré (evento religioso e cultural da cidade), onde, em cada dia da semana, a novena acontecia na residência de um morador da vizinhaça (Nota do Diário de Campo).

Quanto aos atributos, no Grupo 2, o AI foi considerado mais humilde que o ATB. E entre os três grupos, o AI aparece como mais agressivo, com baixa autoestima, desmotivado e frustrado. Apreende-se que há interação entre vizinhos, porém, com fragilidade na interação entre estes e o serviço de acolhimento, o que pode contribuir com as imagens sociais que se tem do AI. Uma moradora afirmou que a vizinhaça até era um bom lugar para criar os filhos, até a chegada do abrigo. Na ocasião, contou da fuga de uma adolescente que pulou o muro para o telhado de sua casa e o marido, pensando que era ladrão, pegou a arma e chamou a polícia (Nota do Diário de Campo).

Diante disso, é fundamental um trabalho de fortalecimento da relação mesossistêmica entre os serviços de acolhimento e a vizinhaça. Sistemicamente, Bronfenbrenner (2005/2011) conceitua o mesossistema como as inter-relações entre dois ou mais ambientes, nesse caso a vizinhaça e o serviço de acolhimento, em que a pessoa em desenvolvimento, aqui o AI, participa ativamente. Assim, verifica-se que, embora não haja uma participação ativa dos adolescentes na vizinhaça, a interação não está totalmente ausente, mas a sua qualidade é de extrema fragilidade.

Compreende-se a necessidade de investimento por parte dos profissionais para a desconstrução das imagens sociais negativas a respeito do AI. Assim, podem criar estratégias como reunião com os vizinhos para apresentar o serviço, ou até mesmo, palestras sobre serviços de alta complexidade, desenvolver projetos de convivência comunitária para os acolhidos e estimular vínculos sólidos, no lugar de relações esporádicas ou ações de caridade, característica da política assistencialista de outrora. O potencial desenvolvimental de um serviço de acolhimento depende da existência de vínculos apoiadores entre ele e a vizinhaça. E a condição menos favorável para o desenvolvimento, numa perspectiva sistêmica, é aquela na qual os vínculos estão totalmente ausentes ou o mesossistema encontra-se vinculado fragilmente (Bronfenbrenner, 2005/2011).

No Grupo 3, a vizinhaça foi caracterizada abaixo da média na participação e interação entre os vizinhos e reúne 54,5% dos moradores da vizinhaça 3. Assim, no aspecto social e físico, eram bem poucos os moradores que sentavam à porta de suas casas e o tráfego e movimentação eram intensos, além disso, a vizinhaça contava com comércio (padaria, salão de beleza, açougue, escola) e no mesmo quarteirão do serviço, ficava o Ministério Público (Nota do Diário de Campo). Quanto aos atributos, no Grupo 3, o AI foi considerado mais humilde e protegido, em comparação ao ATB. E entre os três Grupos, este apresentou maior percepção negativa dos AI, que aparece como mais apreensivos, carente, com problema, revoltados, traumatizados e vulneráveis.

Observa-se, aqui, que a relação mesossistêmica, segundo moradores da vizinhança e profissionais dos serviços, é extremamente frágil. Em Nota do Diário de Campo, uma profissional relatou que a relação com os vizinhos era tensa, pois os adolescentes eram estigmatizados e os profissionais acusados de serem cúmplices de trombadinhas. Esse discurso é complementado quando um morador, durante a coleta de dados, disse que os filhos podiam se relacionar com qualquer adolescente da vizinhança, exceto com os adolescentes do serviço (Nota do Diário de Campo).

Destaca-se que a relação deficiente entre esta vizinhança e o serviço de acolhimento pode estar relacionada ao fato de o serviço receber uma demanda que não corresponde com a preconizada pelo ECA (Lei nº 8.069, 1990) e reafirmada pelos normativos específicos, como as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (Resolução nº 1, 2009). O acolhimento institucional é uma medida protetiva (Art. 101, VII), voltada ao acolhimento excepcional e provisório de crianças e adolescentes, quando constatada a necessidade de afastamento do convívio familiar e comunitário de origem. Assim, não pode ser confundido com a medida socioeducativa (Art. 112, VI), que deve ter como público específico os adolescentes que praticam o ato infracional.

De acordo com uma profissional, os vizinhos não aceitavam o serviço na vizinhança, porque os adolescentes fugiam e roubavam as pessoas e arredores. Para ela, o serviço era um híbrido entre os demais da mesma modalidade, pois foi descaracterizado ao receber adolescentes fora do perfil para acolhimento institucional, uma vez que recebia adolescentes em conflito com a lei. E acrescentou que há um consenso entre alguns conselheiros tutelares e o Ministério Público para fazer os encaminhamentos, como se o serviço fosse uma extensão da Fundação de Atendimento Socioeducativo do estado, utilizado como forma de punição ou como uma segunda chance para o adolescente em conflito com a lei (Nota do Diário de Campo).

Diante disso, observa-se que apesar de o ECA (Lei nº 8.069, 1990) ter separado as formas de atendimento, conforme seus artigos 101 e 112, as imagens sociais se mostram resistentes a mudanças, de modo que tanto as imagens dos adolescentes em situação de acolhimento, quanto dos que cumprem medida socioeducativa continuam associadas a atributos negativos, consolidados ao longo da história. São imagens que se entrecruzam, pois remontam ao período em que estes adolescentes eram encaminhados às mesmas instituições, independentemente da situação apresentada - abandono ou delinquência - (Passetti, 2013).

4. Considerações Finais

As imagens sociais emergem em meio a experiências compartilhadas entre as pessoas nos ambientes imediatos (microssistemas) e nas interseções (mesossistema) das interações sociais que vivem, bem como de contextos de desenvolvimento externos (o exossistema) e os remotos (o macrossistema). Ademais, podem ganhar força estigmatizante, com efeito negativo nas interações e desenvolvimento social, contribuindo para a manutenção ou desconstrução das imagens sociais cristalizadas, durante séculos, no imaginário social.

Os resultados deste estudo apontaram que apesar de o ECA (Lei nº 8.069, 1990), promulgado há 30 anos, preconizar novas práticas de cuidado e de atendimento à população em acolhimento institucional, ainda perduram os estigmas construídos ao longo da história da institucionalização de crianças e adolescentes brasileiros, mantendo-se cristalizados no imaginário social (Wendt et al., 2017). Assim, os resultados corroboram outros estudos (Calheiros et al., 2015; Lopes et al., 2017; Wendt et al., 2017), nos quais os atributos associados ao AI foram de valência negativa.

Verificou-se também uma fragilidade na interação entre os serviços de acolhimento com os participantes nas vizinhanças 2 e 3, em que das suas falas emergiram imagens sociais negativas, que caracterizavam o AI como menores, rebeldes, moradores de rua, infratores, bandidos, abandonados. Compreende-se que a participação dos adolescentes na comunidade/vizinhança pode contribuir para a desconstrução de imagens sociais negativas ao seu respeito. Sugere-se, ainda,

que os adolescentes tomam a condição de institucionalização como algo que lhes confere uma identidade social, que os marca como diferentes diante da sociedade.

Além disso, as imagens sociais emergiram em meio ao discurso de culpabilização da família, apontada como responsável pelo acolhimento institucional dos filhos. Assim, os atributos associados aos adolescentes nesse contexto também foram negativos: excluídos, menor, menor infrator, abandonados, moradores de rua. Destaca-se, ainda, que a própria condução do acolhimento institucional por juízes, promotores e conselhos tutelares, como agentes de política pública, conforme aponta os resultados dessa pesquisa, contribui para a manutenção dos estereótipos na imagem social, uma vez que juízes e promotores convergem na determinação de acolhimento institucional, e não da medida socioeducativa, para adolescentes em conflito com a lei, descaracterizando o Serviço 3 enquanto medida protetiva.

Do ponto de vista teórico, este estudo traz reflexões importantes no tocante às relações de vizinhança e imagens sociais do AI na perspectiva dos vizinhos aos serviços de acolhimento. Observou-se que a forma como se constitui a relação mesossistêmica entre os serviços de acolhimento e a vizinhança pode ter influência na manutenção ou desconstrução das imagens cristalizadas no imaginário social sobre AI.

Espera-se, portanto, que este estudo possa fomentar o investimento de pessoas implicadas com os serviços de acolhimento em intervenções e estratégias que contribuam para a convivência comunitária do AI e promovam a consciência social para as consequências desenvolvimentais que imagens sociais negativas provocam, além da exclusão social. Sugere-se que pesquisas futuras sejam realizadas em vizinhanças de outras regiões do país, com o intuito de ampliar o conhecimento e comparar os resultados acerca das imagens sociais atribuídas ao AI, a partir das relações de vizinhança relatadas por moradores vizinhos aos serviços.

Referências

- Bar-Tal, D. (1990). *Group beliefs: A conception for analyzing group structure, processes and behavior*. Springer-Verlag.
- Bronfenbrenner, U. (2005/2011). *Biologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos* (A. de Carvalho-Barreto, Trad.). Artes Médicas.
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. (2015). Social images of residential care: how children, youth and residential care institutions are portrayed? *Children and Youth Services Review*, 55, 159-169. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.06.004>.
- Costa, B. R. L. (2018). Bola de neve virtual: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. *RIGS Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 7(1), 15-37. <https://periodicos.ufba.br/>.
- Ibrahim, R. & Howe, D. (2011). The experience of Jordanian care leavers making the transition from residential care to adulthood: The influence of a patriarchal and collectivist culture. *Children and Youth Services Review*, 33, 2469-2474. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.08.019>.
- Lei n. 8.069, de 16 de julho de 1990. (1990). Estatuto da criança e do adolescente - ECA.
- Lopes, D., Calheiros, M. M., Patrício, J. N., & Garrido, M. V. (2017). Development and validation of a social images evaluation questionnaire for youth in residential care. *PLoS ONE*, 12(6), 1-20. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0179890>.
- Major, B. & O'Brien, L. (2005). The social psychology of stigma. *Annual Review of Psychology*, 56, 393-421. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.56.091103.070137>.
- Neves, K. da R., Morais, R. L. de S., Teixeira, R. A. & Pinto, P. A. F. (2016). Growth and development and their environmental and biological determinants. *Jornal de Pediatria*, 92(3), 241-250. <https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.08.007>.
- Morais, C. de A., Borba, A., & Koller, S. H. (2016). O uso do diário de campo no processo de inserção ecológica. In S. H. Koller, N.A. de M. & S. dos S. Paludo (Orgs.), *Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 299-320). Casa do Psicólogo.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-11. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i31636>.

Patias, N. D., Garcia, N. M., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Imagens sociais sobre famílias com filhos em instituição de acolhimento. *Revista Interamericana de Psicologia*, 50(2), 215-224. <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v50i2.75>.

Passetti, E. (2013). Crianças carentes e políticas públicas. In M. D. Priore (Org.), *História das crianças no Brasil* (pp. 347-375). Contexto.

Resolução Conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009. (2009). Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF.

Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14 (2), 389-407. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/>.

Urquiza, M. de A. & Marques, D. B. (2016). Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. *Entretextos*, 16(1), 115-144. <http://dx.doi.org/10.5433/1519-5392.2016v16n1p115>.

Wendt, B., Dullius, L. , & Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004012016>.

Wendt, B., Tavares, M. D. F., Penno, D. K., & Dell'Aglio, D. D. (2018). Imagens atribuídas às instituições de acolhimento. *Revista da SPAGESP*, 19(1), 35-48. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/>.